

HETEROGENEIDADE NA LÍNGUA E NO DISCURSO *

0. São dois os objectivos que tentarei alcançar neste estudo:
 - caracterizar a noção de heterogeneidade e enquadrá-la devidamente;
 - perspectivar e articular os lugares ou momentos e as modalidades principais da inscrição/revelação da heterogeneidade na língua e no discurso.

O bom entendimento do modo por que procurarei realizar estes objectivos, em particular o segundo, suscita uma observação, muito breve.

A orientação de base que imprimirei à exposição traduzir-se-á, não em apresentar um articulado de sínteses parcelares correspondentes aos vários tópicos por que se distribui o tratamento do assunto, antes em insistir sobre algumas linhas de força ou sobre alguns princípios integradores da reflexão, sublinhando as dimensões de maior relevância e centralidade e os nexos que as percorrem e organizam. Compreender-se-á, assim, que algumas outras dimensões não me mereçam mais que uma referência sumária.

1. É sabido que não há nenhum sistema semiótico homogéneo. Pelo contrário, todo e qualquer sistema semiótico é mais ou menos marcadamente heterogéneo, e isto num duplo sentido.

Em primeiro lugar, cada sistema semiótico é, do ponto de vista da sua organização interna, um complexo de sistemas parcelares. Nele operam, então, princípios organizativos e regras de ordenação de

* Este estudo constitui uma versão alargada e pontualmente refundida de um texto elaborado em princípios de 1989 e apresentado como «lição de síntese» em provas de Agregação em Linguística realizadas na Faculdade de Letras do Porto em Junho daquele mesmo ano. Intencionalmente, nesta versão escrita não foram apagados alguns índices da particular condição de oralidade em que o texto foi inicialmente produzido.

natureza diversa, ou seja, códigos diferenciados. O mesmo se passa do ponto de vista do funcionamento de qualquer sistema semiótico. Este funcionamento não apenas é pautado por princípios de ordem desigual, como também regularmente convoca outros sistemas e seus códigos: na verdade, as mensagens que num dado sistema semiótico se vasam representam a resultante de uma mais ou menos forte interacção que se trava entre ele e outros sistemas. Eis a primeira acepção de heterogeneidade, que rotularei de *heterogeneidade*₁.

Aplicando o que acabei de esquematizar às línguas naturais, falarei de uma *heterogeneidade*₁, que se refere, por um lado, à diversidade de natureza e sobretudo de estatuto semiótico das entidades linguísticas, e, por outro, à diversidade de natureza dos princípios enformadores da organização e do funcionamento da língua e do discurso.

Em segundo lugar, todo e qualquer sistema semiótico revela-se constituir um complexo ao mesmo tempo depositário e mediador de intersubjectividade, existindo e organizando-se internamente em função de actividades de comunicação-interacção. Como já se compreendeu, está configurado o segundo domínio de heterogeneidade, que designarei de *heterogeneidade*₂.

Transferindo-nos mais uma vez para as línguas naturais, falarei, assim, de uma *heterogeneidade*₂, que, tendo por pano de fundo a natureza intersubjectiva da linguagem verbal, nos remete essencialmente para a *polifonia* e para o *dialogismo* inscritos na língua, e ainda para o que chamarei *conjugação* e *conjunção* ou *junção de vozes* que se fazem ouvir ou se dão a ouvir no discurso.

2. A caracterização acabada de apresentar da noção de heterogeneidade deixou já entrever o quadro em que o seu estudo se deve situar. Tudo aponta no sentido de que as dimensões centrais da heterogeneidade presentes na língua e no discurso se inscrevem no nível enunciativo-pragmático da linguagem. E é, na verdade, na reflexão desenvolvida no campo enunciativo-pragmático que pela primeira vez e de modo explícito se assume a heterogeneidade.

Lembrarei que as dicotomias saussurianas fundadoras da Linguística representam declaradamente a anulação ou a suspensão metodológicas da heterogeneidade, em busca de um objecto de reflexão suficientemente uno, homogéneo. A *langue* constitui exactamente um princípio de classificação, ou seja, um princípio ordenador

e integrador do complexo de dimensões heteróclitas que são tanto a linguagem como a fala. N. Chomsky e a gramática gerativo-transformacional, através da noção de *competência linguística*, assumem e até reforçam, como se sabe, a mesma atitude metodológica de base.

Há que reconhecer, no entanto, que à Linguística do Sistema, em particular às suas orientações estruturalistas, não escapam alguns aspectos da heterogeneidade — mas trata-se de aspectos menos centrais ou até relativamente triviais, como são os que se ligam à dualidade do signo linguístico e à natureza plurissistemática da língua... A consideração da natureza diassistemática da língua não ocupa aí senão um lugar secundário, e a própria natureza intersubjectiva da língua nunca é aí mais do que superficialmente assumida, em primeiro lugar, porque apenas invocada, no fundo, para fundamentar a natureza opositiva das unidades linguísticas, e, em segundo lugar, sobretudo porque se abandona o domínio do discurso — quer o discurso considerado em si mesmo como objecto de indagação quer o discurso enquanto realidade absolutamente imprescindível para o esclarecimento da própria organização interna da língua.

Não é de estranhar esta atitude da Linguística do Sistema: ela decorre linearmente da actividade de modelização que desenvolve, pondo no centro das suas preocupações um *falante-ouvinte* (não uma instância de produção diferenciada de uma instância de recepção-interpretção), e, mais do que isso, um falante-ouvinte fortemente idealizado, subtraído aos contextos, concebido como dominando um sistema de signos e de regras arquitectado como assepticamente isolado de outros sistemas semióticos, dado como disponível para actividades de índole prevalentemente representativo-descritiva e tomado essencialmente como complexo de invariantes e de funcionalidades estritas que operam até ao limite da frase...

Ora, as dimensões centrais da heterogeneidade relevam inequivocamente da natureza comunicativo-interactiva da língua e do discurso — e é justamente a consideração desta natureza comunicativo-interactiva que a reflexão enunciativo-pragmática se dá como objecto... Só pode, então, ser este o quadro em que se inscreve o tratamento da nossa questão.

3. Seguindo o esquema acima delineado, é tempo de encarar a heterogeneidade inscrita na língua. Começarei com a consideração de *heterogeneidade*₁.

3.1. Uma primeira zona deste primeiro tipo de heterogeneidade foi já de passagem mencionada e até rotulada de relativamente trivial. Respeita ela à inequívoca diferença de natureza que separa significante e significado. Esta dimensão de heterogeneidade prolonga-se pela diversa natureza dos planos linguísticos que assentam nesta dualidade do signo, onde operam princípios ordenadores diferenciados. Acresce que o plano da significação ou do conteúdo se organiza, por sua vez, numa pluralidade de níveis ou estratos hierarquizados, onde de novo vemos operar códigos não coincidentes. Tal responde por uma radical não homologia entre todos estes planos de estruturação interna da língua.

Mencionarei ainda um outro segmento de heterogeneidade neste domínio, que é atinente a uma diversidade de outra ordem: na língua congregam-se recursos para a construção das unidades frásticas e intrafrásticas, de um lado, e, do outro, para a formação do transfrástico. Ter-se-á presente que, embora alguns desses recursos se apliquem nos dois níveis de estruturação, estes são suficientemente diversos na sua natureza ¹.

Deixarei sem mais comentários esta relativamente matizada zona de heterogeneidade, e ainda uma segunda, já também muito rapidamente atrás evocada — a que assenta na natureza diassistemática da língua, considerada, de momento ² no que respeita à irrupção no seu interior de variáveis de ordem regional, sócio-cultural e situacional determinantes de modalidades funcionais ou modos interindividuais de uso diferenciado. Visivelmente, estas variáveis são exteriores à língua, mas nela actuam, configurando correlações sistemáticas entre ela e o mundo, a sociedade, as situações de comunicação.

3.2. Passarei, então, a uma terceira área de heterogeneidade, que é verdadeiramente nuclear. Diz ela respeito à inscrição na língua de dimensões fundamentais que relevam de um outro nível da sua organização que é o nível pragmático.

O nível pragmático é duplamente fonte de *heterogeneidade*, na língua.

Em primeiro lugar, as dimensões pragmáticas originam-se, como se sabe, nas relações dos signos com os seus utilizadores e circuns-

¹ Ver, adiante, 3.3.2.5. e 6.1.1.1.

² Ver, entretanto, mais abaixo, 5.1.

tâncias de utilização. Bastará esta apresentação genérica para tornar saliente a radical diversidade deste nível em relação aos níveis clássicos — gramatical e léxico-semântico. É sabido que estes níveis consideram exclusivamente as relações dos signos com o mundo dos «objectos» e dos estados de coisas que capturam, ou melhor, representam-descrevem, deixando de lado aquelas outras relações dos signos com os utilizadores/circunstâncias de utilização.

Em segundo lugar, esta heterogeneidade de base reforça-se e amplia-se, mercê do modo peculiar de inscrição deste nível na organização da língua: é que o nível pragmático aparece radicalmente *integrado* nos outros níveis. Lembrarei que isto quer dizer que ao considerarmos um nível pragmático não estamos a acrescentar, numa óptica linearista, mais um nível aos já conhecidos, estamos antes a suscitar um conjunto de dimensões que percorrem e enformam os outros níveis e os põem em interacção. Mais simplesmente: o nível pragmático *funde-se*, surge fortemente *imbrincado* nos níveis gramatical e léxico-semântico.

3.3. Será conveniente pôr em relevo que no que se acaba de escrever está contida uma linha argumentativa básica que percorrerá todas as considerações a tecer sobre a *heterogeneidade* (1 e 2) presente na língua. Importará, então, explicitá-la cabalmente. É a seguinte: a organização interna da língua não pode ser alheia às condições básicas do seu uso. Ou então: as condições do uso da língua são determinantes na sua organização interna. Talvez ainda melhor: a língua *incorpora* as suas condições básicas de uso.

Pois bem, — e faço aqui uma transição decisiva — as condições básicas do uso da língua estão compendiadas na enunciação.

Podemos, então, muito linearmente aceitar o seguinte: a língua incorpora a enunciação. Mais do que isso: a enunciação desempenha um papel de tão largo alcance na organização da língua que dela se deverá dizer que constitui a trave mestra dessa organização.

Não poderei furtar-me a fundamentar esta pretensão de que a enunciação constitui a trave mestra da organização interna da língua. Espero bem conseguir fazê-lo, e nesse caso estará encontrada a própria raiz das grandes questões da heterogeneidade inscrita na língua. Na verdade, todas elas se originam ou se apoiam, com se verá, na enunciação.

Entretanto, convirá reparar bem no que estou a advogar: uma realidade claramente externa à língua — a enunciação — está a ser convocada como princípio fundamental da sua organização interna. A ser assim, estamos confrontados com um princípio de natureza radicalmente heterogénea em relação aos outros que actuam na estrutura da língua, pois se trata inegavelmente de um princípio que vem de fora³. Por isso, a esta luz, se diz correntemente que as condições do uso da língua *irrompem* no interior da sua estrutura.

3.3.1. Marcada que está a heterogeneidade deste princípio ordenador básico da língua que é a enunciação, a tarefa imediata é fundamentar isso mesmo, ou seja, que a enunciação é a trave mestra da organização da língua.

O modo 'natural' de apoiar esta asserção fundamental para os meus propósitos consiste em mostrar que a enunciação determina na língua arrumações paradigmáticas. Esta será uma exigência mínima... Não me contentarei com isso. Procurarei, então, dois outros fundamentos, e cuidarei de sublinhar o significado e o alcance daquele primeiro.

Assim, vou organizar a fundamentação que nos ocupa — e que realmente se impõe — em torno de três pólos:

- 1.º — a enunciação promove à existência efectiva signos, estruturas formais e mecanismos fundamentais na economia global da língua e do seu funcionamento discursivo;
- 2.º — a enunciação configura paradigmas específicos, quase sempre transcategoriais, e mais do que isso, paradigmas que se revelam centrais na organização e funcionamento da língua;
- 3.º — a enunciação inscreve na língua uma matriz dialogal.

Anotarei que este terceiro ponto diz preferentemente respeito à *heterogeneidade*₂, pelo que o retomarei mais adiante. Antes, porém, queria salientar que ele também está profundamente implicado na

³ Em 3.1. assinalei já um outro princípio estruturador da língua que «vem de fora» — exactamente o que responde pela natureza diassistemática do sistema linguístico.

*heterogeneidade*₁, e que no conjunto da fundamentação a desenvolver ele é pelo menos tão decisivo quanto os outros dois, e isto porque a matriz dialogal que está inscrita na língua representa a implantação no sistema dos termos da enunciação. Vemos, assim, que a língua inclui em si mesma a representação do processo da sua actualização, em estreita correspondência com a própria natureza e com a vocação primeira, que é discursiva, da linguagem como sistema semiótico.

Deixando, então, este terceiro ponto para mais tarde ⁴, ocupar-me-ei imediatamente dos outros dois, não sem antes observar que o desenvolvimento da fundamentação que procuro me trará o ensejo de visitar os lugares privilegiados da inscrição da heterogeneidade na língua.

O primeiro ponto é, como ficou dito, que a enunciação promove à existência signos, estruturas formais e mecanismos de alcance fundamental.

3.3.2. Os signos que a enunciação promove à existência são os *sui-referenciais*.

3.3.2.1. Entre eles surgem-nos de imediato os deícticos. Os deícticos são caracterizados por condições de significação e de referência *sui generis*: remetem directa ou indirectamente para segmentos de uma realidade específica que são o *EU-TU/AQUI/AGORA* criados na e pela enunciação — isto é, segmentos da realidade discursiva, que não são nem anteriores à enunciação nem dela independentes — e aí fundam as suas virtualidades referenciais, pois obtêm referência a partir exactamente da enunciação sempre única que os contém. Ou seja: os deícticos estão radicalmente vinculados à enunciação, dela sendo absolutamente dependentes: a remissão, que eles operam, para a enunciação é *constitutiva* do seu significado-referência.

Trata-se claramente de signos que projectam a enunciação no sistema da língua, ou que, em termos benvenistianos, integrando o nível semiótico da língua aí se apresentam como operadores da articulação desse plano com o plano semântico da mesma língua ⁵,

⁴ Ver, mais adiante, 5.

⁵ Quanto ao recorte deste duplo plano, ver BENVENISTE, E. — «La nature des pronoms» (1956), *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1966, e «Sémiologie de la langue» (1969), *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris, 1974.

revelando-se instrumentos imprescindíveis da sua conversão em discurso. Na verdade, os deícticos assinalam os actantes da comunicação-interacção e as suas relações interpessoais, instanciam no tempo e no espaço as produções discursivas, e, por tudo isso, determinam, directa ou indirectamente, os valores referenciais de todos os signos actualizados no enunciado/discurso ⁶, pois que a referência tem uma origem *egocêntrica*, ou seja, apoia-se sobre o EU da enunciação ⁷. Numa palavra: os deícticos embraiam/desembraiam o discurso nas/das situações de comunicação-interacção, sem o que — repare-se — simplesmente a actividade discursiva não seria possível.

Fica claro que, com os deícticos, se configura na língua uma incontornável heterogeneidade, pois que ao lado de signos de natureza plenamente *simbólica*, que remetem para realidades anteriores ao discurso e dele independentes, e que são, por isso mesmo, portadores de virtualidades referenciais estáveis ou permanentes, vemos surgir signos de natureza não só *sui-referencial* como também (largamente) *indicial*, já que a referência que manifestam varia sistematicamente com a enunciação que os actualiza. Como salienta E. Benveniste, «ils sont engendrés á nouveau chaque fois qu'une énonciation est proférée, et chaque fois ils désignent à neuf» ⁸.

3.3.2.2. São ainda *sui-referenciais* os *performativos*, cujo semantismo se perfaz numa qualificação ou num comentário ou numa tematização da enunciação que os actualiza (na primeira pessoa do presente do indicativo). Os performativos não só remetem para a sua própria ocorrência, como sobretudo instauram a realidade que

⁶ Anotar-se-á que todos os outros recursos da língua em cuja configuração, nos termos que serão expostos nos números imediatamente seguintes, opera a *sui-referencialidade* determinam também, directa ou indirectamente, a referência dos signos linguísticos actualizados no discurso, porque enquadram a remissão para os objectos ou para os estados de coisas num determinado estatuto enunciativo ou modo de comunicação, que é obra precisamente da *sui-referencialidade* ou da reflexividade do enunciado.

⁷ Imediatamente por esta razão se dirá, pois, com E. Benveniste, que «La référence est partie intégrante de l'énonciation». (BENVENISTE, E. — «L'appareil formel de l'énonciation» (1970), *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris, 1974, p. 82).

⁸ BENVENISTE, E. — *Ob. cit.*, p. 83. Ver, entretanto, 3.3.2.7. e 4. para a consideração de outros traços caracterizadores dos deícticos e de outras áreas de heterogeneidade que lhes estão associadas.

constitui a sua referência — a realidade que converge com o estatuto comunicativo-interactivo da enunciação, com o valor ilocutório do enunciado. Sendo assim, as suas virtualidades significativo-referenciais — aí se incluindo as atitudes ou relações intersubjectivas (da ordem dos direitos e dos deveres) contraídas no discurso⁹ — estão também vinculadas à enunciação, nela se originam.

Dado esse seu particular estatuto semiótico, assente na sui-referencialidade, os performativos constituem também mais um (duplo) foco da *heterogeneidade*₁, inscrita na língua que vimos considerando: eles, como sui-referenciais, introduzem na língua a enunciação, mas fazem-no inscrevendo aí também a dimensão accional do discurso, o discurso como *acção*¹⁰.

3.3.2.3. Revelam-se também particularmente penetrados de sui-referencialidade os *delocutivos*. Como bem assinalou E. Benveniste¹¹, eles representam também, como todos os signos sui-referenciais, a cristalização da enunciação no léxico, mais especificamente, a cristalização no léxico do acto de pronunciar no discurso as expressões ou locuções de que, por um processo marcado, derivam.

3.3.2.4. Como (também) bem salientou E. Benveniste, origina-se ainda na enunciação a instauração das condições necessárias «aux grandes fonctions syntaxiques»¹² e das modalidades de funcionamento das formas que lhes estão ligadas — as formas lexicais e sintácticas da *interrogação*, da *intimação* e mesmo da *asserção*¹³, que constituem outros tantos potenciais indicadores ilocutórios.

Do mesmo modo, emanam da enunciação, segundo aponta ainda E. Benveniste, as modalidades formais¹⁴ da manifestação das atitudes proposicionais do Locutor, entre as quais figuram as que encontram expressão nos modos dos verbos, nos advérbios de enun-

⁹ Ver, mais adiante, 5.2.2.3.

¹⁰ Ver 3.3.2.7. e 4. para a apresentação de outros traços caracterizadores dos performativos e de outras áreas de heterogeneidade que arrastam consigo.

¹¹ Ver BENVENISTE, E. — «Les verbes délocutifs» (1958), *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1966.

¹² BENVENISTE, E. — «L'appareil formel de l'énonciation» (1970), *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris, 1974, p. 84.

¹³ *Idem, ibidem*, pp. 84-85.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 85.

ciação e nos modalizadores em geral, onde se incluem os verbos atitudinais. Nestes — como também nos verbos que designam «operações mentais» — projecta-se uma sistemática não permanência do significado — a interpretar, mais rigorosamente, como mudança de estatuto semiótico¹⁵ — na alternância 1.^a pessoa do presente do indicativo/outras pessoas ou outros tempos-modos¹⁶, no que se consuma verdadeiramente a sua vinculação à enunciação¹⁷.

3.3.2.5. O que se acabou de referenciar seria já bastante para suportar a pretensão de que a enunciação se inscreve na língua e aí recorta uma heterogeneidade assinalável.

Acontece, porém, que não é tudo. Em particular, a sui-referencialidade actua a um nível muito mais vasto na estrutura da língua, ocasionando a configuração específica de instrumentos e de mecanismos de uma igualmente larga saliência, que constituem, naturalmente, outros tantos focos da *heterogeneidade*₁ presente no sistema linguístico.

Na verdade, nascem ainda da enunciação mecanismos de adequação co(n)textual que operam no ordenamento interno dos constituintes do enunciado, nomeadamente o mecanismo básico *tema/rema*, tributário da ordenação ‘conhecido’/‘não conhecido’, assente, como se nota, sobre os segmentos do universo de saberes que o Locutor dá como partilhados pelo Alocutário.

Articulam-se, finalmente, à enunciação os mecanismos da construção do enunciado/discurso, e do seu sentido, que relevam do vasto âmbito das *implicitações pragmáticas*. Cabem aqui os recursos da língua ligados, por um lado, à natureza específica dos morfemas argumentativos, dos activadores de pressuposição e mesmo dos activadores de implicaturas convencionais, e, por outro, às regras ou princípios — conversacionais e não conversacionais — do dizer, que são imediatamente responsáveis pelas implicaturas não convencionais.

¹⁵ Ver 3.3.2.6.

¹⁶ BENVENISTE, E. — «De la subjectivité dans le langage» (1958), *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1966, pp. 263-4. Observe-se que Benveniste introduz também a partir desta óptica a caracterização dos performativos.

¹⁷ Como se sabe, os sui-referenciais, que passei em revista, constituem os lugares privilegiados da inscrição da «subjectividade» na língua, na concepção de E. Benveniste.

Para além da vinculação destes recursos à enunciação, importa sublinhar que eles não só instauram as componentes implícitas do sentido — que se prendem a amplificações e transformações do *dito* — mas também trazem consigo a configuração de dimensões sequenciais dos enunciados em que figuram ou actuam. Observe-se que, efectivamente, por força dos activadores de pressuposição e dos morfemas argumentativos também ficam recortadas num enunciado instruções discursivas, tais como efeitos focalizadores e constrangimentos respeitantes à progressão do discurso (delineando, por exemplo encadeamentos sobre o posto, sobre a conclusão para que aponta dado argumento ou sobre o argumento apresentado, segundo o semantismo dos morfemas argumentativos, como mais forte). Algo de semelhante se projecta a partir das significações activadas pelas implicaturas não convencionais — que passam a constituir o comunicado, logo, o verdadeiro objecto do discurso, sobre que se deve encadear a sua progressão — e ainda a partir das condições de adequação dos actos ilocutórios e, em particular, das condições configuradas pelas dimensões sequenciais e interaccionais desses mesmos actos, que estão necessariamente pré-figuradas na língua como outras tantas instruções discursivas.

3.3.2.6. Como se pôde ver, todos os signos, estruturas formais e mecanismos referenciados têm em comum um traço fundamental: são originados na enunciação, a ela se vinculam, a ela aludem, dela emanam ou nascem — em suma, dela são dependentes, basicamente por força da sui-referencialidade que comportam ou que, pelo menos, envolvem. Todos eles carregam referências, alusões ou invocações constantes e sistemáticas à/da enunciação. Não nos podem restar dúvidas: a enunciação atravessa, percorre, decisivamente a estrutura da língua e nela recorta uma saliente heterogeneidade.

Virá a propósito esclarecer que o que se está a considerar não é senão a existência de um vincado *desnivelamento semiótico* entre as entidades linguísticas. O que se viu foi que na língua há signos, estruturas e mecanismos (e dimensões significativas que deles derivam) absolutamente dependentes da enunciação, contrastando com outros que dela não dependem, que dela não emanam.

Temos, assim, uma clara heterogeneidade entre os recursos da língua, e dela é eminentemente responsável a enunciação.

3.3.2.7. Esta heterogeneidade de estatuto semiótico das entidades linguísticas pode, e deve, ser apresentada numa outra perspectiva — de resto já ocasionalmente anunciada nos números precedentes. O que esse desnivelamento semiótico revela na globalidade é que estão consagrados na língua dois modos absolutamente heterogêneos de significar: temos o modo de significar por *representação-descrição*, de um lado, e do outro, o modo de significar por *mostração-indicação*. É a conhecida distinção entre *dizer*₁ e *dizer*₂, respectivamente ¹⁸.

Relevam genericamente da ordem do *dizer*₂ todas as dimensões pragmáticas da linguagem ¹⁹, que exactamente não são representadas no discurso, antes tão só mostradas. Justamente nesse nível se inscrevem os signos, as estruturas formais e os mecanismos que passei em revista, e que, no essencial, atestam que o enunciado ou o discurso tem uma estrutura largamente reflexiva e que esta reflexividade não pode senão representar um recurso básico inscrito na língua para o seu funcionamento discursivo e para a construção do sentido ²⁰.

Como se vê, temos aqui a verdadeira raiz das dimensões centrais da *heterogeneidade*₁ presente na língua, raiz que reside essencialmente na diferença que separa o *dizer*₁ e o *dizer*₂ que, como se sublinhará mais adiante, se imbricam na comunicação-interacção verbal. Ao mesmo tempo, ficou claro o estatuto de força organizadora da língua que a enunciação constitui, precisamente ao promover à existência e ao modelar esses recursos de inegável centralidade.

¹⁸ Para uma apresentação destes dois modos básicos de significar, ver RÉCANATI, F. — *La transparence et l'énonciation. Pour introduire à la pragmatique*, Paris, 1979.

¹⁹ Observe-se que as dimensões pragmáticas não esgotam o modo de significar por mostração. Relevam, na verdade, do mesmo modo outras dimensões significativas ou funcionais da língua, nomeadamente, as significações gramaticais categoriais e estruturais. Por outro lado, inscrevem-se naquele mesmo modo de significar por indicação-mostração as dimensões significativas activadas pela recorrência obstinada de signos e estruturas (consideradas no seu conteúdo, mas igualmente na sua estrita materialidade) que realizam a função poética da linguagem, tal como R. Jakobson a caracteriza.

²⁰ Como se compreendeu, boa parte do sentido de um enunciado/discurso deverá ser tomada como uma imagem que ele dá da sua enunciação. Consultem-se a este propósito os diversos trabalhos de O. Ducrot, cuja concepção, enunciativa, do sentido assenta na ideia de que «dès qu'on parle, on parle de sa parole» ou de que «le dit dénonce le dire, même lorsqu'il ne le fait pas à l'aide de tel ou tel morphème explicite» (DUCROT, O. — «Analyse de textes et linguistique de l'énonciation», in DUCROT, O., et al. — *Les mots du discours*, Paris, 1980, p. 40).

3.3.3. Consideremos agora o segundo momento da fundamentação de que a enunciação é a trave mestra da organização da língua. Como anunciei em 3.3.1., esse segundo momento consistirá em evidenciar que a enunciação recorta na língua organizações paradigmáticas decisivas do ponto de vista do seu funcionamento.

São disso exemplo:

- a ordenação dos elementos, distribuídos por várias categorias, que realizam ou que são afectados pela *persona* gramatical, elementos que são percorridos, todos, por uma correlação de pessoalidade que se desdobra numa correlação de subjectividade;
- a ordenação dos localizadores espaciais e temporais sobre o AQUI e o AGORA, termos de raiz egocêntrica, que remetem, portanto, ainda para aquelas correlações de pessoalidade e de subjectividade;
- a delimitação e ordenação dos delocutivos e dos performativos;
- a delimitação e ordenação dos advérbios de enunciação e dos morfemas argumentativos;
- a ordenação de relatores segundo articulam o *dito* no enunciado ou o *dizer* do enunciado;
- a ordenação dos tempos e pessoas verbais segundo planos que a enunciação recorta — os celebrados planos do *discurso* e da *história* de E. Benveniste ²¹ ou os genericamente equivalentes avançados por H. Weinrich ²² ou por J. Lyons ²³;
- a reordenação dos deícticos a partir deste duplo plano enunciativo em deícticos primários e deícticos secundários;
- a delimitação e ordenação dos potenciais indicadores ilocutórios ligados, como se assinalou em 3.3.2.3., às funções sintácticas básicas da interrogação, intimação e asserção;

²¹ BENVENISTE, E. — «Les relations de temps dans le verbe français» (1959), *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1986.

²² WEINRICH, H. — *Tempus*, Stuttgart, 1964, Trad. franc., *Le Temps. Le récit et le commentaire*, Paris, 1973.

²³ LYONS, J. — *Semantics-2*, Londres, 1977. Ver também a este propósito e sobre os deícticos FONSECA, F. Irene — *O Pretérito e o Perfeito e a teoria dos níveis de enunciação*, «Biblos», Vol. LVIII, 1982; *Idem* — *Deixis et anaphore temporelle en portugais*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II Série, Vol. I, 1985; *Idem* — *Deixis, Tempo e Narração*, Dissertação de Doutoramento (dactilografada), Porto, 1989.

- a delimitação e ordenação dos verbos atitudinais e dos que denotam «operações mentais»²⁴;
- a delimitação e ordenação dos elementos intrinsecamente subjectivos, face aos ocasionalmente subjectivos...²⁵.

Suponho que este elenco de paradigmas recortados pela enunciação na língua é já suficiente. Afinal, eles assinalam a vocação discursiva da língua, ou seja, a incorporação na língua das suas condições básicas de uso — e isto porque, como se deve ter notado, estas arrumações paradigmáticas se fundamentam em semelhanças já não de ordem formal ou estritamente semântica, antes de ordem marcadamente enunciativa ou funcional-discursiva.

4. Para além da heterogeneidade de base assente no que caracterizei essencialmente como desnivelamento semiótico dos recursos da língua, cuja apresentação preencheu os números anteriores, ficou já substancialmente desenhado nesse mesmo segmento desta exposição um outro eixo a que deve referir-se ainda a *heterogeneidade*₁ impressa na língua.

Na verdade, nos números precedentes ficou patente que as entidades linguísticas carregam significações de uma extrema heterogeneidade. De facto, vimos integrarem o sistema linguístico instrumentos e mecanismos cujas virtualidades significativas se repartem:

- pelo domínio da significação lexical e das significações gramaticais (onde, de resto, se recortam matizações conhecidas);
- pelo domínio das significações de ordem informativa e das significações de índole não informativa, nomeadamente argumentativa ou interpessoal em geral;
- pelo domínio das significações de ordem explícita e das significações de ordem implícita²⁶, havendo aqui ainda a distinguir a área do implícito ligado ao *dito* e a do implícito ligado ao *dizer*;

²⁴ Ver, acima, 3.3.2.4.

²⁵ Ver KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, 1980.

²⁶ Para uma panorâmica global das significações implícitas, ver KERBRAT-RECCHIONI — *L'implicite*, Paris, 1986.

- pelo domínio das significações da ordem do dizer-*representar* e das significações da ordem do dizer-*fazer* ²⁷;
- pelo domínio das significações de índole simbólica e das significações de índole indicial;
- pelo domínio das significações representadas-descritas e das significações indicadas-mostradas;
- pelo domínio das significações que falam do mundo exterior à língua e ao discurso e das significações que se aplicam à enunciação e ao discurso, constituindo, pois, significações de natureza metalinguística, metadiscursiva e metacomunicativa ²⁸;
- pelo domínio das significações/instruções envolvidas na configuração da frase e das significações/instruções actuates no desenho do transfrástico e do discurso.

Poderíamos ver alargar-se ainda mais esta diversificada natureza significativa das entidades linguísticas. Bastará, no entanto, evocar somente a diferença que separa as significações conotativas das significações denotativas ou então a que se institui entre signos e mecanismos que endossam, no enunciado/discurso, a origem ou até a responsabilidade do dito ou do dizer ou do fazer ao Locutor efectivo ou, pelo contrário, a um outro Locutor, real ou fictício, ou mesmo ao Alocutário (ele mesmo também apresentado como o Alocutário efectivo ou potencial, e neste caso real ou fictício) ²⁹.

²⁷ Neste domínio, ao ilocutório, que foi considerado, haverá que acrescentar o perlocutório. Por outro lado, na área do ilocutório caberá distinguir os actos de discurso que criam realidades eminentemente discursivas daqueles que instauram realidades extradiscursivas.

²⁸ Convirá observar que me refiro apenas às significações *meta* contidas nos signos e mecanismos de natureza sui-referencial, de que se tratou em 3.3.2. e 3.3.3.. Como se sublinhará mais abaixo, estas dimensões *meta*, que relevam, como se viu, do *indicar-mostrar*, surgem, no discurso, fortemente imbrincadas nas outras, de cariz *representativo-descritivo*. É que o discurso fala certamente do mundo, mas não o pode fazer sem falar da sua enunciação, sendo que, como já se escreveu na Nota 20, o sentido das produções verbais comporta sempre, a diversos títulos, uma imagem da sua enunciação. É claro que, para além destes aspectos particulares, a língua dispõe de variados recursos, que não se esgotam nas terminologias/nomenclaturas linguísticas, para se referir a si própria, ao discurso e à comunicação que neste se realiza (Ver mais adiante). Tudo isso se apresenta, obviamente, como manifestação da conhecida omnipotência semiótica das línguas naturais.

²⁹ Ver mais adiante, particularmente, 6.2.1.1. e 6.2.1.2.1.

5. Entremos agora no sector respeitante à *heterogeneidade*₂ inscrita na língua.

Como se avançou em 1., a *heterogeneidade*₂ remete-nos para o sistema linguístico enquanto complexo depositário e mediador de intersubjectividade.

5.1. Encaremos em primeiro lugar a língua como complexo depositário de intersubjectividade.

5.1.1. Sobre este tópico, apenas recordarei que a língua é uma complexa realidade histórico-cultural — basicamente porque se constitui como a memória dos usos que aos signos foram e são dados na diversidade dos discursos. Nessa memória que a língua efectivamente é projectam-se as vozes que nos discursos se fizeram ouvir, e até, pelo menos em tese, as circunstâncias da proferição dessas vozes. Essas vozes e o que elas testemunham da sua proferição — acontecimentos e seus protagonistas, tempos, espaços, ambientes, tensões, acordos e desacordos... — habitam os signos em cada sincronia e constituem virtualidades disponíveis para de novo se darem a ouvir quer na interpretação dos discursos já produzidos quer na produção e na interpretação de novos discursos.

5.1.2. Interessa aqui evocar também, e de novo ³⁰, a condição *diasistemática* da língua, agora para destacar que o complexo multilectal que a língua constitui dá testemunho de micromundos, quadros e cenários — culturais, sociais, religiosos, regionais, ideológicos, profissionais, étários e outros — que ficam plasmados e memorizados nas unidades linguísticas.

Se é assim, como de facto é, a língua representa a cristalização de vozes várias que se congregam virtualmente nos signos e nas outras entidades e recursos linguísticos e que estão prontas a ressoar nos discursos. Tal cristalização enraíza na reconhecida iterabilidade das entidades linguísticas, que contrasta com a estrita não iterabilidade das situações de comunicação-interacção em que elas são actualizadas, rigorosamente sempre novas, porque inelutavelmente únicas, irrepitíveis.

5.1.3. Não é preciso ser mais explícito: estou a referir-me à *polifonia* inscrita no sistema linguístico. É o domínio da heteroglossia

³⁰ Ver, mais acima. 3.1.

memorizada nas unidades da língua e, com esta, aberta à absorção de novas vozes, e dos correspondentes horizontes ideológicos, que o uso na pluralidade das situações de comunicação ocasionará...³¹.

Esta condição histórico-social da língua faz dela, em suma, a memória dos «jogos de linguagem» que percorrem e enformam a existência humana numa comunidade, que compendiam a *forma de vida* dessa comunidade³².

5.2. Tomemos agora a língua como complexo mediador de intersubjectividade. É, obviamente, o reconhecido carácter interindividual da língua que permite o seu funcionamento efectivo em actividades comunicativas-interactivas, em que se concretiza aquela sua natureza de agente mediador de intersubjectividade.

5.2.1. Salientarei que o ponto essencial neste domínio da *heterogeneidade*₂ inscrita na língua não estará, porém, em assinalar que esta é, enquanto tesouro partilhado pelos falantes, condição das variadas interacções que se dão no discurso. O ponto essencial residirá antes em evidenciar as incidências que este carácter de intersubjectividade da língua obtém na sua organização interna.

Direi o fundamental sobre estas incidências se afirmar que o carácter intersubjectivo da língua implanta na sua organização uma estrutura dialogal. Ou seja, e como avancei em 3.3.1., a organização interna da língua tem uma matriz dialógica ou dialogal.

Sendo assim, à polifonia que antes considerámos, junta-se agora um *dialogismo* fundamental inscrito na língua.

Importa compreender bem este ponto.

É com certeza no discurso que se dão as interacções dialógicas entre interlocutores. Tal não deve, porém, conduzir à ideia de que essas interacções dialógicas representam efeitos exteriores às virtualidades da língua. A ser assim, esta seria basicamente um código neutro ou um mero instrumento disponível para ser actualizado, e

³¹ Sobre a polifonia inscrita na língua (e, necessariamente, também no discurso — ver, mais adiante), consultem-se as páginas verdadeiramente antológicas das diversas obras de M. Bakhtine.

³² Para as noções de «jogos de linguagem» e de «forma de vida» consagrada numa língua, ver WITTGENSTEIN, L. — *Philosophisch Untersuchungen/Philosophical Investigations*, Oxford, 1958, Trad. franc., *Les investigations philosophiques*, Paris, 1961, especialmente os parágrafos 19, 23, 241.

posto, então, ao serviço daquelas interações. É claro que se rejeita tal concepção: é que o que se obtém na interacção discursiva não é algo de acrescentado à natureza e à organização da língua, antes algo que nela está pré-figurado e até plenamente recortado.

Veja-se bem: — se a língua existe para a comunicação-interacção, que se dá no discurso, esta sua finalidade há-de estar marcada na sua organização interna. O sistema compreende todos os propósitos comunicativo-interactivos dos seus utilizadores, e, mais do que isso, está ordenado internamente para a sua expressão no discurso.

5.2.2. Já se percebeu que, mais uma vez, estou apenas a defender que a língua incorpora as suas condições de uso. De resto, convém recordar, pôr em evidência que a língua tem uma matriz dialogal constituía o terceiro momento da fundamentação que tenho vindo a desenvolver de que a enunciação é a trave mestra da sua organização.

5.2.2.1. É isso mesmo. Repare-se em que justamente a estrutura da enunciação é eminentemente dialogal, já que é dominada pela correlação EU-TU.

Pois esta correlação percorre bom número das arrumações paradigmáticas que acima, em 3.3.3., referenciei e que vimos assentarem sobre a enunciação. Tal testemunha inequivocamente que a língua constitui o espaço ou o lugar em que se fundam as relações interpessoais reveladas no discurso: a estrutura interlocutiva da enunciação está implantada na língua, é dela constitutiva, nela imprimindo a «condição do diálogo», a inter-relação fundadora de todo o sistema semiótico, a saber, a *alteridade*, a *intersubjectividade*: «La conscience de soi n'est possible que si elle s'éprouve par contraste. Je n'emploie *je* qu'en m'adressant à quelqu'un, qui sera dans mon allocution un *tu*. C'est cette condition de dialogue qui est constitutive de la *personne*, car elle implique en réciprocité que je deviens *tu* dans l'allocution de celui qui à son tour se désigne par *je*»³³.

5.2.2.2. Outros dados se podem juntar que tornam porventura ainda mais evidente a matriz dialogal ou interlocutiva da estrutura da língua.

³³ BENVENISTE, E. — «De la subjectivité dans de langage» (1958), *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1966, p. 260.

Sirvam de exemplo, para além dos advérbios de enunciação que caracterizam a relação interlocutiva e dos elementos e estruturas sintáctico-semânticas orientados para o exercício da função interpessoal da linguagem, os instrumentos e mecanismos citacionais. Trata-se, genericamente, de recursos variados, de natureza lexical, semântico-sintáctica, metalinguística e até entonacional, que permitem, de modo explícito e segundo modalidades diferenciadas (abarcadas no *discurso relatado*), projectar num dado discurso outras enunciações³⁴.

Sirvam ainda de exemplo, e de modo muito particular, os elementos cujo semantismo comporta como traço dominante uma deixis interdiscursiva, ou seja, uma dimensão citacional, por inscreverem no discurso de um Locutor o discurso, real ou fictício, de um outro Locutor — individual ou colectivo: é, entre outros, o caso dos activadores de pressuposição e de implicaturas convencionais³⁵, e é ainda o caso dos operadores e conectores argumentativos. Sobre estes últimos convirá lembrar que eles se oferecem ao Locutor para que este oriente o Alocutário para determinadas conclusões ou até para que ele lhe imponha essas mesmas conclusões em detrimento de outras, reais ou fictícias.

O que acabo de referir permitiu explicitar que na matriz dialogal que vimos considerando entronca a «argumentação na língua»: é o campo dos signos que ou mobilizam elementos escalares disponíveis na língua ou se definem como activadores de relações de ordem no seio das chamadas classes argumentativas — classes argumentativas de cujo recorte são responsáveis os referidos operadores e conectores argumentativos. Ou seja: a língua aparece, na verdade, como lugar privilegiado da elaboração da força argumentativa dos discursos — e isto particularmente em virtude da conflitualidade ou da controvérsia — formas marcadas de dialogismo — que o semantismo dos morfemas argumentativos alberga³⁶.

³⁴ Ver, adiante, 6.2.1.1.

³⁵ Conviria ter presente que também as implicaturas não convencionais, cujo mecanismo activador e de cálculo está desenhado na língua (ver acima, 3.3.2.4.) trazem consigo um marcado dialogismo, no sentido de que o Locutor delas se serve ou pode servir para endossar, denunciando-o ou não, a responsabilidade da sua decodificação ao Alocutário. Ver também, mais abaixo, 6.2.1.1.

³⁶ Ver ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. — *L'argumentation dans la langue*, Bruxelas, 1988.

5.2.2.3. Uma outra área central desta matriz dialógica inscrita na língua é claramente recortada pelos performativos e outros indicadores de força ilocutória: eles trazem consigo a transformação da situação interlocutiva, pois arrastam um complexo de direitos e de deveres distribuídos pelo Locutor e pelo Alocutário. Estes direitos e deveres, que se repartem pela ordem do crer, do dizer e do fazer, representam dimensões interactivas, desencadeadoras de consequências discursivas, que estão desenhadas na estrutura da língua, devendo ser tidas como consignificadas por aqueles marcadores ilocutórios³⁷.

Acresce que as condições de boa execução convocadas por cada marcador ilocutório abarcam regularmente a consideração da competência modal dos interlocutores, ou seja, dos interesses, desejos, crenças ou disponibilidades de que o Locutor e/ou o Alocutário estarão animados, ou envolvimentos particulares entre eles — com o que se perfaz o claro dialogismo virtualmente contido nos indicadores ilocutórios.

Anotarei, finalmente, que muitos verbos performativos são activadores de pressuposições que remetem para uma intervenção anterior de um Locutor. Esta dimensão dialógica, interactiva, é patente em performativos assertivos que denotam um acordo, seguido ou não de contra-argumentação³⁸, ou um desacordo³⁹. Outros performativos contêm igualmente uma dimensão acentuadamente dialógica por designarem actos que reciprocamente se convocam por estarem ordenados tipicamente em *pares adjacentes*.

5.2.2.4. Anotarei, finalmente, que uma mesma orientação dialógica está também delineada nos paradigmas dos tempos-pessoas verbais que se originam nos já acima evocados planos da enunciação *discurso-história*: é que o que se torna particularmente funcional nos planos da enunciação por que se distribuem as produções verbais não será apenas a localização e a articulação temporal e espacial dos estados de coisas ou dos eventos verbalizados, mas também — e talvez sobretudo — o modo de comunicação estabelecido ou o tipo de relações interpessoais aí instauradas por força da *atitude de locução*⁴⁰

³⁷ Ver, acima, 3.3.2.5.

³⁸ Por exemplo, *concordar, admitir, conceder, aceitar...*

³⁹ Tomem-se como exemplos verbos como *discordar, contestar, refutar, rebater, desmentir, negar...*

⁴⁰ Ver, mais uma vez, WEINRICH, H. — *Ob. cit.*

que aqueles morfemas (também) assinalam. Por isso, é pertinente dizer-se que a enunciação discursiva instaura um modo de comunicação experimental, subjectivo, comentativo, não distanciado — em contraste com o modo objectivo, distanciado, que é próprio da enunciação histórica. Em todo o caso, os planos da enunciação e as modalidades, que eles configuram, de ancoragem do discurso nas/sobre as situações de comunicação-interacção determinam contornos específicos para a interpretação referencial e modal do enunciado/discurso.

5.2.2.5. Fica assim, creio, reforçada a tese central que venho desenvolvendo: a enunciação é bem a trave mestra da estrutura da língua, aí recortando, como se acabou de ver, esquemas ou padrões interactivos, ou seja, aí inscrevendo um marcado dialogismo que percorre as entidades linguísticas. A estrutura da língua consagra, na verdade, a preocupação dos virtuais locutores com o Outro, a sua orientação para/sobre o Outro, desenhando nós e laços que os interligam e que suportam o consenso e o dissenso, a convergência e a divergência, a harmonia e a conflitualidade, a concórdia e a discórdia.

5.3. Antes de entrar no domínio do discurso, será aconselhável explicitar algo de bem importante que está contido no que se afirmou nos números anteriores.

É o seguinte: as observações sucessivamente avançadas configuram para a língua um conceito teórico novo. O traço definidor desse novo estatuto teórico poderá resumir-se assim: a língua apresenta-se como um sistema que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento. Por outras palavras: a língua é um sistema dinâmico, e esse dinamismo provém de ela compreender não apenas a multifuncionalidade a que serve, para que está orientada, mas sobretudo a matriz dessa multifuncionalidade que é a *interacção*, o *dialogismo*. Uma e outro dão-se concretamente no discurso — mas precisamente só aí se podem dar porque estão contidos, configurados, na própria organização daquilo mesmo que permite o discurso, isto é, a língua.

Esta é decisivamente enformada por uma matriz interactiva/dialógica correspondente, como já deixei vincado, à própria natureza e também à vocação primeira, que é discursivo-interactiva, da linguagem.

E a este propósito há que acrescentar que, se é verdade que a enunciação só se manifesta concretamente como *enunciação enunciada*, ela revela-se de modo muito mais efectivo e pleno precisamente

como princípio ordenador básico que é da própria língua. Foi isso mesmo que tentei destacar.

Convém articular com o que ficou dito esta outra observação: aquele estatuto teórico novo que se reclamou para a língua casa-se com uma atitude metodológica igualmente nova, a saber, a rejeição do princípio da imanência na indagação das unidades e da organização da língua. Tal rejeição não é apenas necessária, note-se, para a caracterização do discurso e do sentido; ela é também imprescindível, como já se compreendeu, para caracterizar a língua.

6. Entremos agora no domínio do discurso.

6.1. Começemos de novo pela *heterogeneidade*₁. Convirá aqui separar metodologicamente o que, na verdade, se revela indissoluvelmente articulado — o nível da organização do discurso e o nível do seu funcionamento.

6.1.1. Consideremos, em primeiro lugar, a *heterogeneidade*₁ ao nível da organização do discurso.

6.1.1.1. Surge-nos aqui de imediato uma primeira zona de heterogeneidade — a que respeita a um duplo princípio que actua na constituição do texto: o princípio da boa formação das frases e do transfrástico, e o princípio da adequação.

A heterogeneidade destes princípios é irrecusável — e, no fundo, está por detrás da separação entre uma Linguística da Frase e uma Linguística do Texto ou do Discurso, ou até mais amplamente entre uma Linguística do Sistema e uma Linguística do uso/funcionamento do Sistema. Como já se compreendeu, a concepção enunciativo-pragmática da linguagem procura articular estes dois princípios, sem, no entanto, esbater ou camuflar a sua heterogeneidade.

Este mesmo segmento de heterogeneidade pode, e deve, ser visto de um outro ângulo. É que as dimensões da boa formação são sem dúvida idiomáticas, próprias de cada língua, que para tal dispõe de recursos ajustados: no que respeita à boa formação da frase, a maior parte desses recursos convergem claramente com as virtualidades combinatórias dos signos, captáveis em termos de propriedades distribucionais de ordem formal e semântica; quanto à boa formação do transfrástico, esses recursos abarcam instrumentos variados de co-referência e de retoma não estritamente co-referencial, relatores, o já citado mecanismo tema-rema, e ainda outros, entre os quais

figuram efeitos focalizadores e outras restrições sobre as possibilidades de continuação do discurso ligados a certos elementos ou construções ⁴¹. Ao contrário, as dimensões que respeitam à adequação são generalizadamente não idiomáticas, pois que se prendem a realidades de natureza cognitiva, psicológica, comunicativo-interactiva, social e cultural imbrincadas na actividade discursiva em geral.

6.1.1.2. Uma segunda zona de *heterogeneidade*₁ ainda ao nível da organização do discurso está ligada ao funcionamento dos deícticos, em particular dos morfemas de tempo-pessoa dos verbos.

Na verdade, o funcionamento dos deícticos testemunha dois modos diversos de construção textual, que correspondem aos dois planos da enunciação — *discurso* e *história* — já antes evocados.

Na enunciação discursiva projecta-se uma ancoragem dos produtos verbais sobre as coordenadas AQUI/AGORA, que lhes são exteriores: em contrapartida, na enunciação histórica tem lugar uma ancoragem imediatamente sobre tempos e espaços representados no próprio texto.

Como é sabido, de um modo geral não há que procurar nos textos estes dois modos ou planos em estado puro; os textos combinam esses modos de múltiplas formas — pelo que em cada solução o desenvolvimento textual se dá segundo isotopias enunciativas diversas, projectando-se, então, encadeamentos heterogéneos. Segmentos discursivos há que se apoiam directamente sobre o tempo e o lugar da enunciação, enquanto outros se apoiam imediatamente sobre o tempo e o lugar dos acontecimentos enunciados. É justamente nestas transições que se objectivam encadeamentos discursivos heterogéneos do ponto de vista enunciativo, pois envolvem comutações de nível, que se concretizam em passagens de uma deixis primária/exofórica a uma deixis secundária/endofórica, ou desta para aquela.

6.1.1.3. Há ainda no domínio das articulações discursivas uma terceira zona de heterogeneidade. É que há que distinguir articulações operadas sobre o conteúdo dos enunciados e encadeamentos operados sobre a enunciação. Ou seja: encadeamentos realizados sobre o *dito* e encadeamentos apoiados sobre o *dizer*.

Esta diversidade de natureza das articulações discursivas ficará plenamente recortada se lembrarmos que as articulações desenvolvidas

⁴¹ Ver, acima, 3.3.2.5.

sobre o conteúdo de ordem representativo-descritiva dos enunciados relevam do *dizer*₁ e são subsumidas na *coerência semântica* do discurso ⁴², enquanto que as articulações operadas sobre a enunciação são genericamente da ordem do *dizer*₂ e são subsumidas no essencial na *coerência pragmático-funcional* do discurso ⁴³, que respeita fundamentalmente às dimensões sequenciais dos actos ilocutórios.

6.1.1.4. Valerá a pena explicitar que aos aspectos apontados é preciso juntar a consideração de articulações que relevam, em primeiro lugar, de uma ordem especificamente argumentativa, e, em segundo lugar, de uma ordem metadiscursiva.

As primeiras dão-se na *coordenação argumentativa* ⁴⁴, ou seja, no encadeamento de enunciados em que as informações contidas num deles são mobilizadas para apoiar ou infirmar o conteúdo ou a própria enunciação de um outro ou mesmo uma conclusão que este último favoreça.

As segundas, isto é, as articulações de ordem metadiscursiva e metacomunicativa, realizam-se notoriamente em *actos de composição textual* — quer de *planificação* ou de *reformulação* quer de *avaliação* e de *comentário* metalinguístico ou metacomunicativo ⁴⁵.

Tais articulações metadiscursivas e metacomunicativas projectam-se generalizadamente em todas as produções verbais, onde surgem enunciados ou segmentos que se aplicam ao discurso ou

⁴² Ver FONSECA, J. — *Coesão em português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto, 1981 e *Coerência do Texto*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto-Línguas e Literaturas», V, 1, 1988.

⁴³ Ver VAN DIJK, T. A. — *The semantics and pragmatics of functional coherence in discourse*, «Versus, Quaderni di studi semiotici», 26/27, 1980.

⁴⁴ Ver ANSCOMBRE, J.C.; DUCROT, O. — *Ob. cit.*

⁴⁵ Ver GÜLICH, E. — «*Soûl*» *c'est pas un mot très français*. *Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs dans un corpus de conversations en 'situation de contact'*, «Cahiers de Linguistique Française», 7, 1986; KOTSCHI, TH. — *Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs comme stratégies interactives*, *Ibidem*; ROULET, E. — *Complétude interactive et connecteurs reformulatifs*, «Cahiers de Linguistique Française», 8, 1987; «Langue Française», 73, 1987. Observe-se que nos casos de *reformulação não parafrástica* há regularmente uma mudança de perspectiva enunciativa, que é particularmente marcada quando aquele tipo de reformulação se objectiva em *invalidação* ou em *correção*, *rectificação* e *suspensão* dos segmentos a que se aplica. Para o português, ver FONSECA, J. — *As articulações discurso-metadiscorso e a sua exploração na didáctica do português como língua estrangeira*, «Actas do Seminário Internacional 'Português como Língua Estrangeira'», Macau, 1991.

ao processo comunicativo em curso — comentando-os, clarificando-os, planificando-os, reorganizando-os, reorientando-os, corrigindo-os, regularizando-os, reajustando-os, questionando-os, relançando-os, condensando-os, encerrando-os... Presentes e operantes na generalidade dos discursos, tais articulações são, porém, particularmente visíveis em discursos ou em segmentos de discurso refutativos, em que são problematizados, sob modalidades diversas, o enunciado e/ou condições da sua produção. Na verdade, nestes discursos, muitos encadeamentos são feitos não sobre o conteúdo comunicado, antes sobre as condições de comunicação, provindo, então, de disputas a respeito de papéis assumidos pelos interlocutores, a respeito da própria adequação de dado segmento discursivo, ou reflectindo momentos de legitimação e de ilegitimação da palavra, qualificações e desqualificações transaccionais. É isso mesmo que acontece também, e de um modo muito marcado pelas consequências que acarreta no desenvolvimento discursivo, nas intervenções *não preferidas* no quadro dos *pares adjacentes*. Todas elas constituem *réplicas*, de nítida natureza metadiscursiva/metacomunicativa, que se encadeiam, não sobre o conteúdo comunicado no primeiro membro do par, antes sobre a sua enunciação, que comentam de modos diversos ⁴⁶.

No seu todo, estes fenómenos remetem-nos para um mais ou menos aturado trabalho de *figuração* ⁴⁷ que os interlocutores desen-

⁴⁶ Ver, em particular, GOFFMAN, E. — *Replies and responses*, «Language in Society», 5, 1976 e MOESCHLER, J. — *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*, Berne, 1982, especialmente pp. 110-118. Caberá lembrar que entre os comentários metalinguísticos que se projectam na actividade verbal se contam os que regularmente têm lugar no *discurso relatado* (ver, mais abaixo, 6.2.1.1.). Uma mesma natureza metalinguística/metadiscursiva deve também ser reconhecida nas pressuposições (ver a este propósito BERRENDONNER, A. — *Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion*, «Linguistique et Sémiologie», 4, 1977) e ainda nos verbos de atitude proposicional e nos modalizadores em geral, e em todos os casos de obliteração ou cancelamento de implicaturas, de pressuposições e de inferências. Por outro lado, muitas das realizações indirectas de actos ilocutórios relevam igualmente do metadiscursivo/metacomunicativo se, com J. Searle, forem vistas como afirmações ou interrogações literais aplicadas sobre condições de felicidade do valor ilocutório comunicado (indirectamente, pois) — (ver SEARLE, J. — *Indirect speech acts*, in COLE, P.; MORGAN, P. (eds.), *Syntax and Semantics, 3: Speech Acts*, N. York, 1975).

⁴⁷ Ver GOFFMAN, E. — *La mise en scène de la vie quotidienne-2. Les relations en public*, Paris, 1973, especialmente caps. 2, 3 e 4.

volvem e que deixa marcas ou índices no discurso. Tal trabalho de *figuração* alarga-se, de resto, a outras componentes da organização e funcionamento dos discursos, pois neles operam constrangimentos *rituais*, ligados basicamente à *face* e ao *território* de cada falante, que convocam específicas normas sociais, como a cortesia, o tacto, a generosidade, a modéstia, a respeitabilidade...⁴⁸.

Neste segmento particular das articulações heterogêneas do discurso, não vou ao ponto de considerar como alguns⁴⁹ que estes momentos metadiscursivos/metacomunicativos constituem um «discurso subsidiário» (de natureza comentativa) de um «discurso principal» (de natureza «informativa»). Entre estas dimensões do discurso dá-se antes uma forte imbricação, embora seja irrecusável a disparidade das significações assim actualizadas e dos níveis e princípios de estruturação que elas testemunham.

6.1.1.5. Será ainda de realçar que a organização do discurso se desenvolve segundo dois planos diferenciados; por um lado, o discurso organiza-se *localmente*, no que tange à estruturação de cada um dos enunciados e da sequência imediata de enunciados por que se realiza (nível *microestrutural*); por outro lado, ao nível *global*, o discurso articula-se segundo ordenações *macro* e *superestruturais*.

Naturalmente, estes planos estão fortemente entrelaçados, já que as microestruturas do discurso não representam senão a *linearização* dos agregados significativos concretizados nas *macro* e *superestruturas*; estas sobredeterminam, assim, aquelas, em que ou por que se realizam. Mais que isso: apesar da sua relativa autonomia, as microestruturas contêm múltiplos índices ou mesmo marcas daquelas estruturas globais, que verdadeiramente objectivam a presença do discurso no interior de cada enunciado em que ele se concretiza. Esses índices ou marcas produzem efeitos de sequencialização e de integração, organizando na linearidade do discurso estruturas sequenciais e configuracionais, complexos significativos hierarquizados, ordenadores do todo comunicado.

⁴⁸ Visivelmente, entramos aqui em contacto com uma outra zona da *heterogeneidade*₁ ao nível da organização (e, necessariamente, do funcionamento) do discurso, que respeita à intervenção de *normas sociais*, que interagem com princípios estritamente linguísticos. Ver, mais abaixo, nomeadamente a Nota 52.

⁴⁹ Ver COUTHARD, M.; MONTGOMERY, M. — *The structure of monologue*, in COUTHARD, M.; MONTGOMERY, M. (eds.) — *Studies in Discourse Analysis*, Londres, 1981.

Apesar desta necessária interpenetração, aqueles dois níveis apresentam-se como realidades ordenadoras de natureza não homogênea. Particular evidência desta heterogeneidade é constituída pela comutação de nível operada, por exemplo, no domínio da sequência de actos ilocutórios: no discurso, eles integram-se em sucessivos complexos ilocutórios ou *macro-actos*, o que é acompanhado por ou dá ocasião a transfigurações da força ilocutória originária de cada um dos enunciados agrupados ou a transposições dessa força ilocutória para *funções ilocutórias* hierarquizadas ⁵⁰.

6.1.1.6. As zonas de articulação heterogênea do discurso já consideradas são ainda particularmente reforçadas pela congregação que em regra em todo o discurso se dá de vários tipos ou gêneros (narração, descrição, argumentação...). O entrosamento destes gêneros — cada um deles caracterizado por um particular universo de discurso, por macroestruturas e superestruturas específicas — ocasiona transições não homogêneas vinculadas ao diversificado estatuto representativo e enunciativo-comunicativo-interactivo de cada um dos segmentos que compõem o discurso resultante ⁵¹. Em qualquer discurso congregam-se, assim, estruturas sequenciais e configuracionais de tipos diferentes, que alternam ou se encaixam apropriadamente umas nas outras.

Casa-se com esta tripla modalidade básica de articulação do discurso que acabei de referenciar a sua habitual condição de complexo *poli-isotópico*, condição que convoca princípios ordenadores das transições, naturalmente não homogêneas, de isotopia e da configuração de uma isotopia dominante.

6.1.2. Passemos agora à *heterogeneidade*, que se torna manifesta ao nível do funcionamento do discurso.

⁵⁰ A consideração destes aspectos cabe no domínio já acima evocado da *coerência funcional* do discurso. Particular relevo obtêm aqui os casos dos enunciados que constituem *prefácios*, *preliminares* ou *pré-sequências* que introduzem um ilocutório subordinante, fixando o quadro interactivo adequado, recortando condições para a salvaguarda dos *faces* do Locutor e do Alocutário, preparando o sucesso da enunciação dominante. Parece, assim, claro que estes enunciados estão penetrados de um estatuto metadiscursivo-metacomunicativo; neles se recorta, pois, mais uma zona da já apresentada articulação discurso-metadiscurso.

⁵¹ Ver também 6.1.2.1.

Numa formulação condensada, direi que neste domínio a heterogeneidade converge com a diversidade de natureza dos ingredientes, princípios e mecanismos operantes na configuração do sentido.

6.1.2.1. Esta formulação comporta um vastíssimo programa que não pode aqui nem sequer ser esquematizado. Limitar-me-ei, por isso, a lembrar que a construção do sentido do discurso envolve dimensões estritamente linguísticas, mas também de modo poderoso e decisivo competências translinguísticas — elas mesmas claramente heterogêneas. O sentido é a resultante de uma interacção complexa entre o significado, e até não raro a materialidade do significante, a situação/contextos, e em particular o universo de saberes e de crenças — aí se incluindo os segmentos referentes ao saber acerca da língua, dos discursos, da comunicação-interacção e dos princípios que os ordenam⁵² — e a tábua de valores dos interlocutores. Anotar-se-á, pois, que à conhecida omnipresença e omniformação do sistema semiótico das línguas naturais em relação aos outros sistemas semióticos corresponde no funcionamento das línguas naturais uma similar (se bem que, em certos aspectos, certamente não tão radical) projecção de vários outros sistemas semióticos sobre o sistema semiótico verbal.

Importa explicitar que naquela formulação genérica cabe a referência à memória dos discursos (e à memória dos discursos sobre os discursos) disponível numa comunidade, que actua fortemente na produção e na recepção-interpretação das mensagens verbais, em par-

⁵² Convém anotar que entre estes princípios ordenadores do discurso e da comunicação-interacção se contam, como de resto já referenciei em 3.3.2.5., regras conversacionais (as conhecidas máximas de Grice, mas também as «leis do discurso» propostas por O. Ducrot; ver DUCROT, O. — *Les lois du discours*, «Langue Française», 42, 1979) e regras não conversacionais. Umas e outras são claramente exteriores à estrutura da língua, mas operam fortemente, nos termos que já apresentei oportunamente, no seu funcionamento. Lembrarei que entre as regras não conversacionais se inscrevem normas sociais (a que já me referi em 6.1.1.4.) que intervêm amplamente na actividade verbal e actuam em particular na *indirecção* (configuração dos actos ilocutórios indirectos). Neste domínio, dão ocasião ao desenho de *convenções de uso* largamente estabilizadas e até sujeitas a um processo de progressiva projecção na estrutura da língua (como *convenções de língua*, de natureza pragmática). (Ver particularmente MORGAN, J. L. — *Two types of convention in indirect speech acts*, in COLE, P. (ed.) — *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*, N. York, 1978). Interessa sublinhar que todas estas observações aludem, como se pode verificar, a múltiplos focos, que venho apresentando, de heterogeneidade no domínio do discurso.

ricular através das normas e convenções que configuram cada género ou tipo de discurso. Estas normas e convenções são, naturalmente, interiorizadas na aquisição da língua pelos falantes e percorrem toda a actividade verbal: «Pour parler, nous nous servons toujours des genres du discours, autrement dit, tous nos énoncés disposent d'une forme type et relativement stable... Ces genres du discours nous sont quasiment donnés autant que nous est donnée la langue naturelle... Nous assimilons des formes de langue seulement sous les formes que prend un énoncé, et conjointement avec ces formes. Les formes de langue et les formes types d'énoncés, c'est-à-dire les genres du discours, s'introduisent dans notre expérience et dans notre conscience conjointement et sans que leur corrélation étroite soit rompue... Les genres du discours organisent notre parole de la même façon que l'organisent les formes grammaticales (syntaxiques). Nous apprenons à mouler notre parole dans les formes du genre et, entendant la parole d'autrui, nous savons d'emblée, aux tout premiers mots, en pressentir le genre, en deviner le volume..., la structure compositionnelle donnée, en prévoir la fin...»⁵³.

Observe-se ainda que aquela mesma formulação genérica abrange também a consideração de outros princípios actuantes na configuração do sentido do discurso, designadamente princípios que o próprio discurso largamente gera ou, pelo menos, larga e fortemente activa, e que são, em particular:

- o recorte de isotopias, tomadas como complexos ordenadores das significações múltiplas inscritas, intencionalmente ou não, no texto pelo seu produtor, e que se oferecem à interpretação;
- a coerência discursiva, tomada como princípio interpretativo enquanto mecanismo ordenador das significações em continuidades semânticas e semânticas-pragmáticas e ainda segundo linhas argumentativas ou rumos discursivos integrados em ordem à eficácia da discurso.

6.1.2.2. Importa, entretanto, não esquecer a grande zona de *heterogeneidade*₁ ao nível do discurso que é recortada pela conjunção que nele se projecta do *dizer 1* e do *dizer 2*, já apresentados em 3.3.2. e seus desdobramentos.

⁵³ BAKHTINE, M. — *Esthétique de la création verbale*, Paris, 1984, pp. 284-285.

Tal acontece porque no enunciado/discurso se congregam indissoluvelmente o falar do/sobre o mundo e o falar da/sobre a enunciação — sendo até, como se observou, que estas dimensões do falar da/sobre a enunciação se apresentam como determinantes no cálculo do falar do/sobre o mundo dos objectos e dos estados de coisas.

A projecção do *dizer*₂ no enunciado/discurso resulta, como se viu, da actualização dos signos sui-referenciais e das estruturas formais e mecanismos que se vinculam à enunciação. No seu todo, estes elementos objectivam a *estrutura reflexiva* do enunciado/discurso: o enunciado/discurso representa-descreve objectos, estados de coisas... mas não o pode fazer sem indicar-mostrar que o faz; o enunciado/discurso significa-representa o mundo, que dele é independente, mas não o pode significar-representar sem significar-mostrar algo a seu próprio respeito, a respeito da facticidade — e do que daí decorre — que é a sua própria ocorrência. Ou seja: o enunciado/discurso significa pelo que *diz*₁ e pelo facto de o dizer.

Convém, finalmente, ter presente que, como se anotou em 4., o que se acabou de referir pode ser perspectivado, e integrado numa óptica mais ampla, como a congregação no enunciado/discurso de componentes de significação de ordem extremamente diversa.

6.1.3. Congregando as observações e comentários sucessivamente avançados, talvez se possa condensar o essencial da *heterogeneidade*₁ no domínio do discurso do seguinte modo: as mensagens verbais envolvem um alargado e matizado espaço de articulação *discurso-metadiscurso* e comportam a construção simultânea de uma multimoda *instanciação enunciativa*, de uma *estruturação local*, de *organização sequencial e configuracional*, de um *rumo* ou *orientação global*. A acentuada disparidade de natureza destas dimensões, que se prolonga e se reforça quer pela heterogeneidade que resulta do seu entrosamento e das interacções que este ocasiona quer pela variedade das competências convocadas, foi suficientemente analisada nos números anteriores.

6.2. Todas as dimensões, de declarada heterogeneidade, que foram mencionadas actuam, sem dúvida, na configuração do discurso e do seu sentido. Mas é claro que há um elemento primeiro nesta configuração — a identificação de *quem fala e a quem*...

Tal identificação respeita, como se compreende, à *heterogeneidade*₂ inscrita no discurso.

Globalmente, a área da *heterogeneidade*₂ inscrita no discurso converge com o que habitualmente se denomina de *heterogeneidade enunciativa*.

Valerá, no entanto, a pena distinguir aqui dois grandes sub-domínios: um dirá respeito à heterogeneidade enunciativa tomada como o que chamo de *conjugação de vozes* que se dão a ouvir ou se fazem ouvir no discurso: outro, à heterogeneidade enunciativa perspectivada como o que designo de *conjunção* ou *junção de vozes* no discurso.

6.2.1. A consideração da *conjugação de vozes* no discurso deve ser distribuída por dois grandes eixos:

- o primeiro é o eixo do discurso como unidade global dominada pela correlação EU-TU, ou seja, Locutor e Alocutário;
- o segundo é o eixo dos «discursos no discurso», isto é, do encaixe ou da irrupção no discurso de um dado Locutor de outras enunciações, outros discursos/discursos de Outros.

6.2.1.1. Tomemos de imediato este segundo eixo da heterogeneidade enunciativa.

Nele cabe imediatamente a *retoma explícita* de outros discursos — retoma que se dá, como sabemos, segundo as várias modalidades do *discurso relatado*, que actualiza recursos citacionais disponíveis na língua. Através deles, o Locutor dá explicitamente a vez a outras vozes, que ao mesmo tempo *menciona* e *usa*, adoptando em relação a elas diferentes atitudes, basicamente atitudes de avaliação, que os recursos citacionais envolvem: «Rapport actif d'une énonciation à une autre, le discours rapporté c'est le discours dans le discours, l'énonciation dans l'énonciation, mais c'est en même temps un discours sur le discours, une énonciation sur l'énonciation»⁵⁴.

Mas a *menção-uso* de outros discursos surge também de forma velada, constituindo a área das *retomas* ou *citações implícitas*.

É o que acontece por força da actualização de elementos cujo semantismo comporta um diálogo virtual: já discriminei acima, nomea-

⁵⁴ BAKHTINE, M. — *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, 1977, p. 161. Já se pôde compreender que, como de resto assinalava na Nota 46, o discurso relatado comporta dimensões metalinguísticas/metadiscursivas. Ver também GARAVELLI, B. M. — *La parole d'altri*, Palermo, 1985, e REYS, G. — *Polifonía Textual. La citación en el relato literário*, Madrid, 1984.

damente em 5.2.2.2., estes elementos, de entre os quais obtêm saliência os activadores de pressuposição e de implicaturas convencionais, e os morfemas argumentativos.

A actualização no discurso destes elementos arrasta uma vincada plurivocidade: o Locutor fala, mas a sua voz retoma ou responde a outra ou outras — do seu interlocutor ou de um Locutor ou Alocutário fictícios, ou de uma *doxa* ou de um *topos* ou mesmo a voz das coisas, do mundo⁵⁵. Muitas vezes, o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. No fundo, e quase regularmente, para delas se distanciar.

É exactamente isto o que acontece também, e de modo particularmente claro, em casos marcados de citação implícita como são os que globalmente recortam as *figuras da distância enunciativa*, como a *ironia* e a *paródia*.

Mas há ainda um terceiro — e, de resto, vasto — domínio de plurivocidade no discurso.

Refiro-me, em primeiro lugar, a outras vozes que num dado discurso irrompem por força da projecção da *polifonia* inscrita, nos termos já acima caracterizados, na língua. Os signos, que já foram usados, fazem imediatamente de todo e qualquer discurso uma entidade polifónica: «Pour l'individu parlant sa langue naturelle, le mot ne se présente pas comme un mot tiré du dictionnaire, mais comme faisant partie des énonciations les plus variées des locuteurs A, B ou C, appartenant à la même communauté linguistique, ainsi que des multiples énonciations de sa propre pratique langagière»⁵⁶. Na verdade, cada palavra traz consigo e ao mesmo tempo continuamente absorve índices dos contextos dos seus usos: «Notre parole, c'est-à-dire, nos énoncés, est remplie des mots d'autrui, caractérisés, à des degrés variables également, par un emploi conscient et démarqué. Ces mots

⁵⁵ Ver BERRENDONNER, A. — *Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion*, «Linguistique et Sémiologie», 4, 1977, e especificamente para a noção de *topos*, DUCROT, O. — *Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter*, «Cahiers de Linguistique Française», 4, 1982 e *Opérateurs argumentatifs et visée argumentative*, «Cahiers de Linguistique Française», 5, 1983.

⁵⁶ BAKHTINE, M. — *Les marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, 1977, p. 102.

d'autrui introduisent leur propre expression, leur tonalité, des valeurs, que nous assimilons, retravaillons, infléchissons»⁵⁷.

E refiro-me também, em segundo lugar, às vozes convocadas pelo *interdiscurso* que todo o discurso activa.

Estamos, como já se notou, em pleno no domínio da *interdiscursividade* — da alusão mais ou menos transparente, da invocação discreta ou explícita, da glosa velada ou aberta, já que todo o discurso convoca outros discursos, para eles remete, com eles dialoga de múltiplas formas.

Está, assim, em interacção com um dado discurso uma vasta memória discursiva⁵⁸, que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística, nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao nível da recepção-interpretação. Por isso mesmo, a interdiscursividade é um traço constitutivo do discurso.

As considerações tecidas sobre a *conjugação de vozes* de vozes que se dá no discurso tornaram claro que as nossas palavras, para além de se aplicarem sobre os seus referentes, se aplicam ao mesmo tempo sobre as palavras dos outros — reais ou virtuais, já produzidas ou antecipadas — sendo necessariamente que esta aplicação se reveste de fundamental relevância na determinação dos valores referenciais e modais de todas as produções linguísticas.

Escusado será dizer que todas as vozes que, por vontade ou independentemente da vontade do Locutor, ressoam nos discursos se oferecem a quem as souber/puder ouvir — e isto envolve muito simplesmente a enciclopédia, e as expectativas que sobre ela se apoiam, dos receptores-intérpretes, que é desigual de indivíduo. Será também conveniente acrescentar que esta polifonia e este dialogismo discursivos atingem a plenitude da sua revelação no discurso literário — e isto por razões conhecidas, tais como a força da memória do sistema literário, a circunstância de o discurso literário representar a projecção máxima da multifuncionalidade da linguagem e, sobretudo, de nele se operarem elaborações e reelaborações estilizadas da heteroglossia social...

Abro aqui um parêntesis para observar que na ficção literária outros focos de dialogismo/polifonia se concentram, designadamente

⁵⁷ BAKHTINE, M. — *Esthétique de la création verbale*, Paris, 1984, p. 296.

⁵⁸ Convém ter presente que esta memória discursiva contém também produções *meta* saídas da reflexão sobre a linguagem em geral, sobre as línguas, sobre as variedades discursivas.

os que são constituídos pelos diálogos entre as personagens e entre estas e o autor textual, e ainda os que têm a ver com a desmultiplicação das figuras discursivas que são o autor implícito, o narrador e o narratário... que entre si também dialogam. Aproveito este mesmo parêntesis para lembrar que o discurso literário é sem dúvida o mais heterogêneo dos discursos — e isto, como se sabe, imediatamente em virtude da *policodificação* que nele não só tem lugar como também, e sobretudo, é explorada, adquirindo, então, uma mais ou menos assinalável saliência geradora de múltiplos efeitos de sentido.

Voltando ao ponto em que nos encontrávamos, é inquestionável que polifonia e dialogismo se dão em qualquer discurso. Já se terá notado isso mesmo nesta minha presente produção — onde, por minha interposta pessoa, vêm falando algumas outras vozes — e, nem seria preciso dizê-lo, entre elas se conta certamente a voz de um contra-discurso que pressinto e que, em muitos momentos, estou a anular antes mesmo de ser proferido...

6.2.1.2. Com base no que se avançou, parece claro que o discurso nos surge como o espaço onde várias vozes se orquestram, apoiando-se ou degladiando-se, num jogo interlocutivo e interactivo diversificado.

Restará dizer que este jogo é conduzido pelos locutores que alternadamente tomam a palavra, dando-se, então, um diálogo explícito — a forma natural da actividade verbal.

Estou com isto a entrar no primeiro eixo desenhado em 6.2.1. na consideração da heterogeneidade enunciativa como *conjugação de vozes* — exactamente o eixo preenchido pela correlação Locutor-Alocutário, que domina globalmente o discurso.

6.2.1.2.1. O discurso, sendo obviamente *locução*, é necessariamente *alocução*, ou seja, no discurso o Locutor significa/significa-se a outro ou outros: «...dès qu'il se déclare locuteur et assume la langue, il implante l'autre en face de lui, quel que soi le degré de présence qu'il attribue à cet autre. Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire»⁵⁹.

Convirá, no entanto, explicitar que a alocução comporta sempre um agir sobre este outro ou outros: o discurso traduz e produz

⁵⁹ BENVENISTE, E. — «L'appareil formel de l'énonciation» (1970), *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris, 1974, p. 82.

influências do Locutor sobre o Alocutário, e isto no domínio cognitivo, passional ou dos comportamentos verbais e não verbais. Nesta base se dirá que o discurso, porque dirigido a/*sobre* alguém, comporta uma inequívoca dimensão causativa: na verdade, ele é agente de mudança. Importa até anotar que o discurso rigorosamente só se consoma como objecto mediador de intersubjectividade quando o Alocutário dá mostras, explícita ou implicitamente, de que foi atingido nos seus estados cognitivos, passionais ou comportamentais. Antes disso, sem isso, não há verdadeiramente discurso. Não basta, então, reconhecer, com E. Goffman, que o discurso suscita, tanto quanto se apoia em, duas «necessidades fundamentais» — a necessidade por parte do Locutor «de savoir si son message a été reçu, et si oui, s'il a été passablement compris à quoi s'ajoute le besoin du destinataire de montrer qu'il a reçu, et correctament, le message...»⁶⁰; é preciso ir mais longe e sublinhar que o discurso só se torna efectivo quando o Alocutário 'entra no jogo' que lhe propõe o Locutor, ainda que seja para o recusar...

Mas o discurso, sendo elocução e alocação, é também *interlocução*, pois se objectiva, como imediatamente acima se anotou, na troca de enunciados em que está envolvida a intermutabilidade ou reversibilidade sequencial dos papéis de Locutor e de Alocutário. Por outro lado, sendo *interlocução*, o discurso é também, necessariamente, *interacção*: com a troca dos enunciados, vai um jogo de recíproca influência entre Locutor e Alocutário⁶¹.

Com a alternância das vozes, institui-se o discurso em espaço de tensão, de litígio, de sedução, de manipulação — mas também de cumplicidade, de envolvimento, de apaziguamento. Na mesma linha de reflexão, interessará ter presente que o discurso se revela também objecto de disputa, para o que remete a distribuição desigual da palavra, a sua sonegação ou usurpação, a sua legitimação e ilegitimação. No todo e sempre, encontramos afinal o discurso como tradutor, produtor e também objecto de guerra e paz, e como o lugar da gestão de uma e outra, gestão que é suportada por um *contrato de comunicação*, fonte de uma deontologia e de um juridismo que instauram direitos e deveres.

⁶⁰ GOFFMAN, E. — *Façons de parler*, Paris, 1987, p. 18.

⁶¹ Ver, entretanto, mais abaixo, 6.2.1.2.5. Sobre todas as dimensões dialógicas que vêm sendo, e serão ainda, evocadas, ver também FONSECA, J. — *Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos*, «Diacrítica», 3, 1988.

6.2.1.2.2. A marcada heterogeneidade enunciativa de base que se dá na *interlocução*, ou seja, na alternância efectiva dos papéis de Locutor-Alocutário, desdobra-se por força da habitual desmultiplicação da instância de produção — em Locutor/Enunciador — e da instância de recepção-interpretação — em Alocutário/Enunciatário ou ainda Audiência.

Não me demoro sobre estas distinções hoje bem conhecidas ⁶², de resto já implicitamente invocadas, no que tange à instância de produção, na consideração da polifonia e do dialogismo no discurso.

Globalmente, — e será isso que aqui importa reter — a não coincidência, que largamente se verifica no discurso, entre Locutor e Enunciador, significa que *quem diz* não é habitualmente *quem fala* — o que envolve de imediato, e só por si, a rejeição da unicidade do falante, logo, a rejeição do carácter monódico de todo e qualquer discurso, mesmo que este se apresente em forma não dialogada ou que não contenha retomas explícitas de outros discursos/discursos de Outro(s).

6.2.1.2.3. Continuando, entretanto, a falar, por comodidade de ordem expositiva, do par Locutor-Alocutário, é preciso ver neles o que eles fundamentalmente são: indivíduos histórica, social, ideológica, cultural e até situacional e biologicamente modelados e condicionados — e isto abandonando zonas subliminares da configuração da individualidade...

Nestas circunstâncias, a «situação» pressupositiva complexa ⁶³ ligada a cada discurso comporta, ao nível da relação interlocutiva, uma mais ou menos acentuada dissimetria, que decorre da dualidade irreduzível do Locutor e do Alocutário — dualidade que o discurso não só traduz como quase regularmente agrava.

Esta dualidade irreduzível do Locutor e do Alocutário pode ser condensada no que, com F. Jacques ⁶⁴, chamarei *bi-contextualização*

⁶² Ver sobretudo DUCROT, O. — *Le dire et le dit*, Paris, 1984, cap. VIII. Ver também FUCHS, C. — *Le sujet dans la théorie énonciative d'Antoine Culioli. Quelques repères*, «DRLAV, Revue de Linguistique», 30, 1984, e SIMONIN, J. — *De la nécessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative*, *Ibidem*.

⁶³ Ver SCHMID, S. J. — *Teoría del texto*, Madrid, 1977, pp. 107-108.

⁶⁴ JACQUES, F. — *La mise en communauté de l'énonciation*, «Langages», 70, 1983 e *Do dialogismo à forma dialogada*, «Cadernos de Estudos Linguísticos», Campinas-Unicamp, 9, 1985.

e *bi-codificação*, que representa a situação de partida de cada momento da actividade discursiva.

Ao falar de *bi-contextualização*, pretende-se dizer que o Locutor significa num contexto largamente próprio, exclusivo, porque inelutavelmente vinculado aos seus «espaços mentais»⁶⁵, ou seja, às suas mundividências e mundivivências, ao seu sistema de representações e de avaliações do mundo, dos objectos e dos indivíduos — a começar por si próprio e pelo seu interlocutor. Do mesmo modo, o Alocutário decodifica num contexto também largamente próprio, exclusivo — e pelas mesmas razões avançadas.

Ao falar de *bi-codificação*, pretende-se assinalar que, se o sistema dos universos simbólicos e das tábuas de valores do Locutor e do Alocutário não são coincidentes, o mesmo se passa no que tange ao saber linguístico, ou mais globalmente, à competência de comunicação — que igualmente nunca são coincidentes nos vários indivíduos. Observe-se que com isto não estou certamente a recusar a intersubjectividade da língua — estou tão somente a salientar a sua diferenciada partilha pelos diversos falantes. Dir-se-á até que o «núcleo público» da significação das unidades linguísticas, isto é, a convergência de subjectividades cristalizada no que entendemos por significação das unidades linguísticas, é largamente matizado e que a sua configuração é mesmo relativamente instável. Ter-se-á a este propósito presente o que se escreveu acima sobre a polifonia inscrita na língua e ainda a conhecida fluidez ou vaguidade das fronteiras ou dos contornos recortados pelas unidades linguísticas no continuum da substância do significado.

Pois bem — do que ficou dito decorre que a actividade verbal exige uma larga e continuada gestão da dualidade das instâncias envolvidas, gestão que é desenvolvida de modo participativo pelo Locutor e Alocutário e que faz imediatamente no discurso uma ampla negociação.

É vasto o campo dessa co-gestão que o discurso exige do Locutor e do Alocutário. Ela aplica-se, em particular:

- à ratificação continuada dos seus papéis de interlocutores;
- à coordenação, ajustamento ou sincronização dos seus estados epistémicos e passionais;

⁶⁵ Ver FAUCONNIER, G. — *Espaces mentaux*, Paris, 1984.

- à coordenação da distribuição da palavra, e da manutenção e da transição ajustadas de temas ou tópicos;
- à regulação das relações interpessoais, em particular no que tange à aceitação ou negociação de *lugares*⁶⁶ e à eleição de modalidades discursivas — coloquial, familiar, distensa ou, ao invés, formal, tensa, distanciada...

6.2.1.2.4. Vemos, assim, que Locutor e Alocutário enquanto co-gestores da empresa comunicativa são personagens fortemente activas.

Mas há um segmento particular desta actividade que merece ser aqui destacado. Abrange ele, da parte do Locutor, os cálculos a que este procede a respeito da recepção que o Alocutário fará do seu discurso, e isto — importa sublinhá-lo — porque o Locutor é bem ciente de que o sentido final da sua mensagem está na interpretação que lhe *atribui* o Alocutário. A interpretação é, consabidamente, um processo activo, eminentemente dinâmico — mas importa reter que esse dinamismo reside sobretudo em que ela é a *atribuição* — e não o mero reconhecimento — por parte do Alocutário de uma intenção ao Locutor. A significação deve, na verdade, ser vista como uma interpretação por parte do Alocutário: o que conta não é propriamente a intenção do Locutor, mas a intenção que lhe pode ser assignada pelo receptor. Isto é rigorosamente verdade, e a prova cabal disso (se ainda dela carecemos) está nos subentendidos ou nas implicaturas não convencionais em geral: aqui o Locutor deixa ou dá a entender que diz precisamente o que o Alocutário-intérprete 'lhe faz dizer'... No mesmo sentido apontam claramente quer os casos de cancelamento dessas implicaturas quer os casos de hétero-reformulação, que cabem no domínio, considerado em 6.1.1.4., dos *actos de composição textual*.

Decorre daqui que o Locutor antecipa a interpretação: ele orienta-se na produção segundo as capacidades interpretativas que supõe no Alocutário e segundo o que ele mesmo, Locutor, crê saber das convenções válidas para o receptor-intérprete.

Contam-se, então, ainda neste segmento particular da actividade do Locutor os cálculos da estratégia a eleger para levar de vencida

⁶⁶ KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *La mise en places*, in COSNIER, C.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (eds.) — *Décrire la conversation*, Lyon, 1987. Ver também, da mesma Autora — *Les négociations conversationnelles*, «*Verbum*», VII, 2-3, 1984, e '*Nouvelle conversation*' et '*Analyse conversationnelle*', «*Langue Française*», 70, 1986.

resistências, para suspender réplicas e invalidar contra-discursos que adivinha da parte do Alocutário⁶⁷ — a começar pelas resistências, réplicas e contra-discursos não exteriorizados que preenchem uma zona decisiva do processo a que chamamos compreensão dos discursos: «Comprendre l'énonciation d'autrui signifie s'orienter par rapport à elle, la replacer dans un contexte adéquat; à chaque mot de l'énonciation à décoder nous faisons correspondre une série de mots à nous, formant une réplique /.../. Comprendre, c'est opposer à la parole du locuteur une contre-parole»⁶⁸.

Será de anotar a este propósito que, contendo todo o enunciado/discurso, como acima já deixei assinalado, um programa de acção cognitiva, passional ou comportamental delineado pelo Locutor para o Alocutário, não haverá que estranhar que este ofereça resistências a essa pretensão do Locutor — ou que a ela reaja por um contra-discurso/réplica. Precisamente, a interpretação ocasiona indicações (explícitas ou implícitas) que fornece o Alocutário sobre se o Locutor obteve êxito naquela pretensão, aí se incluindo o juízo do Alocutário sobre se reconhece ou não ao Locutor a capacidade, a autoridade simbólica, o poder... para o exercício daquela pretensão. Ora, este processo é conhecido do Locutor, que o antecipa, moldando assim estratégias, reajustamentos, e orientações adequadas de ordem argumentativa.

6.2.1.2.5. Convém reparar em que toda esta intensa actividade do Locutor se origina por inteiro no Alocutário.

Ora bem — nisso se consuma uma parte extremamente relevante da participação activa do Alocutário no discurso. Consiste ela, muito concretamente, na influência crucial que o Alocutário exerce na própria elaboração semântica do discurso que lhe está a ser dirigido. Observe-se que isto se dá mesmo na comunicação disjunta e diferida — sendo até plausível que nestes casos essa influência seja ainda mais fortemente constringedora para o Locutor.

Com estas notas estou no limiar da consideração do que chamarei *dialogismo profundo do discurso*.

⁶⁷ É claro que aí radica globalmente todo o trabalho de elaboração do discurso que vimos deixar índices nos *actos de composição textual* de que se falou em 6.1.1.4.

⁶⁸ BAKHTINE, M. — *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, 1977, p. 146.

De que se trata, afinal?

Trata-se de conceber que enunciar, comunicar, não é apenas pôr em comum uma significação, mas também — e como condição para isso — estabelecer em comum, e gerir igualmente em comum, uma *actividade intersubjectiva*.

Por outras palavras: falar de um *dialogismo profundo do discurso* é falar de uma *interacção originária* sobre que repousa a comunicação e que se objectiva de imediato naquele trabalho de acomodação intersubjectiva, isto é, de co-gestão, de sincronização ou harmonização entre Locutor e Alocutário, mas que tem como ponto saliente e crucial:

- por um lado, a construção a que ambos procedem de uma língua comum, isto é, basicamente, a construção de uma convergência de subjectividades em torno das unidades linguísticas seleccionadas;
- e por outro, a construção de um contexto pertinente igualmente comum para cada discurso ou segmento discursivo — construção que envolve a selecção de perspectivas sobre os objectos e estados de coisas, a selecção de dimensões cognitivas e afectivas, e ainda extensões ou reduções de expectativas e de pressupostos de índole vária.

Trata-se, mais exactamente, de superar ou pelo menos de neutralizar, de suspender, a dualidade Locutor-Alocutário, a bi-codificação e a bi-contextualização de que antes se falou.

Só nesta base as unidades linguísticas actualizadas cumprem a sua função comunicativa — porque só nessa base se poderá estabelecer a referência efectiva ao mundo, que há-de ser encontro, consenso — ainda que aproximados e instáveis — de Locutor e Alocutário sobre um mesmo ponto de aplicação dos signos. Tal revela-se constituir *condição sine qua non da comunicação-interacção*.

Mas não é tudo. É que este dialogismo profundo tem o seu termo na *junção de vozes* que se dá em cada momento do discurso: em cada intervenção, o Locutor junta à sua a voz do Alocutário, no que se consuma uma *bivocalidade*⁶⁹ que, se não é imediatamente transparente, não é seguramente menos efectiva.

⁶⁹ Ver JACQUES, F. — *Obs. cits.*, que sigo de perto em alguns momentos deste número.

Deverei explicitar o que está aqui fundamentalmente em jogo: a distinção entre Locutor e Alocutário é uma distinção relativamente superficial; há que suscitar um nível menos imediato da actividade discursiva em que Locutor e Alocutário tendencialmente se fundem num só.

A consideração do discurso como interacção tem apostado insistentemente na análise do jogo de influência que se desenvolve na actividade linguística. Ora uma tal análise privilegia largamente o discurso como já construído e consagra de algum modo a autonomia do Locutor e do Alocutário e até uma unidireccionalidade do discurso, que é visto como sequência alternada de intervenções, cada uma delas carreando um programa de acção — cognitiva, passional ou comportamental, como já anotei — do Locutor sobre o Alocutário.

No essencial, esta é ainda uma perspectiva demasiado *egológica*⁷⁰ da produção verbal, em que não se assume a fundo a interacção como a matriz funcional do discurso.

Assumir a interacção como a matriz funcional do discurso envolve assumir, como sublinha F. Jacques⁷¹, que na produção o Locutor não é dono e senhor absoluto de um querer dizer nem sequer o responsável único da configuração significativa que dá ao discurso. Pelo contrário, a actividade de produção do Locutor é largamente heterónoma, pois que o Alocutário nela se inscreve continuamente, partilhando com o Locutor a iniciativa semântica, co-determinando com ele uma boa parte da intenção comunicativa e em geral a configuração da mensagem. Dizendo de outro modo: o Alocutário, pelos constrangimentos que representa a imagem que dele faz o Locutor e pela antecipação que este realiza da interpretação que ele atribuirá ao seu discurso, exerce um controlo alargado e permanente sobre a produção — controlo que o Locutor aceita e integra nessa produção.

Reconhecidamente, tem-se insistido demasiado na múltipla presença do Locutor no seu discurso, avaliando-se mal, em contrapartida, uma igualmente múltipla presença do Alocutário.

Pois bem, corrigindo de certo modo E. Beneveniste, há que dizer que a apropriação do aparelho formal da enunciação que se dá na produção do discurso não é um acto individual — antes um acto conjunto do Locutor e do Alocutário. Em vez de se falar de subjecti-

⁷⁰ Ver JACQUES, F. — *Obs. cito.*

⁷¹ Ver JACQUES, F. — *Obs. cito.*

vidade no discurso, é imperioso falar de intersubjectividade no discurso. Só procedendo deste modo se estará a assumir por inteiro a matriz dialógica inscrita na língua e em consonância com isso a fazer da interlocução-interacção o que de verdade ela é — o núcleo primitivo ou a dimensão primeira, fundadora, da comunicação. Proceder deste modo é, afinal, dar-se conta do papel decisivamente interventor do Alocutário na génese, na elaboração e configuração da actividade discursiva do Locutor: «Dès qu'elles sont prises dans le processus d'une communication vivante, humaine et réelle, les activités de signifier et de comprendre sont *indissociables*. Si le locuteur a l'initiative temporelle de prendre la parole, il partage avec son partenaire l'initiative sémantique»⁷². Não há, pois, razões para privilegiar a presença do Locutor no discurso: o que deve ser privilegiado aí é a relação interlocutiva, encarecendo-se, então, o que na enunciação do Locutor é determinado, se não mesmo imposto, pelo Alocutário por força do largo e permanente controlo que este exerce sobre a produção do Locutor.

Se quisermos condensar o essencial de tudo isto, dir-se-á que o Locutor fala a escuta que pré-figura ou antecipa da parte do Alocutário: «Il n'y a pas d'un côté moi qui signifie et d'un autre côté toi qui comprends. Au fur et à mesure que je parle, j'écoute, ou plutôt: je parle l'écoute que je te prête de ma propre parole»⁷³. Nisto residirá a reversibilidade ou intermutabilidade dos papéis de Locutor e Alocutário tomada em sentido profundo — o Locutor proferirá o seu discurso à luz do que faria o Alocutário se fosse ele o Locutor.

Justamente porque a escuta do Alocutário é pré-figurada pelo Locutor, a compreensão, isto é, a produção do sentido própria do Alocutário, é incluída, absorvida na produção do sentido por parte do Locutor.

Mais simplesmente: a produção do discurso incorpora, integra a imagem da sua compreensão pelo Alocutário, a imagem da escuta

⁷² F. JACQUES, F. — *La mise en communauté de l'énonciation*, «Langages», 70, 1983, p. 62.

⁷³ JACQUES, F. — *Ob. cit.*, p. 62. É claro que da parte do Alocutário se suscita uma atitude simétrica, como sublinha imediatamente o Autor no mesmo passo: «Quant à l'allocataire, il s'efforce d'entendre le message pour ainsi dire de l'oreille du locuteur».

do Outro. Não se trata, portanto, apenas de aceitar que «Tout discours est dirigé sur une réponse» e que, em tais circunstâncias, ele «ne peut échapper à l'influence profonde du discours-réplique prévu»⁷⁴. Trata-se antes e acima de tudo de reconhecer que o Alocutário é co-autor, ou melhor, co-enunciador do discurso. Como escreve A. Culioli, «Ramener l'énonciation à la seule production et l'énonciateur au locuteur, c'est, en fin de compte, ne pas comprendre que l'énoncé n'a pas de sens sans une double intention de signification chez les énonciateurs respectifs. Ces derniers sont à la fois émetteur et récepteur, non point seulement en succession, mais au moment même de l'énonciation»⁷⁵.

Aí temos o que chamei já *conjunção* ou *junção de vozes* que se dá em cada intervenção de um falante — no que se configura uma zona particular — ou antes um sentido específico e basilar — da *heterogeneidade enunciativa* que marca o discurso.

Posso resumir: — o discurso dá certamente testemunho do Locutor, mas não menos do Alocutário — «esse Outro que não só não está de fora como também não está ausente da produção discursiva nem muito menos a ela é alheio, antes *com o qual* (sempre, e algumas vezes tanto ou talvez mesmo mais que para o qual) o Locutor enuncia»⁷⁶.

7. No termo do trajecto que efectuámos⁷⁷, poder-se-á concluir muito sumariamente que afinal a *heterogeneidade* (1 e 2) não representa na língua e no discurso uma contingência.

⁷⁴ BAKHTINE, M. — *Esthétique et théorie du roman*, Paris, 1978, p. 103.

⁷⁵ CULIOLI, A. — *Sur quelques contradictions en linguistique*, «Communications», 20, 1973, p. 86.

⁷⁶ FONSECA, J. — *Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto-Línguas e Literaturas», I, 1985, p. 250.

⁷⁷ Às referências bibliográficas já averbadas, junto estas outras: AUTHIER-REVUZ, J. — *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*, «DRLAV, Revue de Linguistique», 30, 1984; *Idem* — *Hétérogénéité(s) énonciative(s)*, «Langages», 33, 1984; PETITJEAN, A. — *Les faits divers: polyphonie énonciative et hétérogénéité textuelle*, «Langue Française», 74, 1987; ROULET, E. — *Structures hiérarchiques et polyphoniques du discours*, in ROULET, E., et al. — *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, 1985; SIMONIN, J. — *Les plans d'énonciation dans «Berlin Alexanderplatz» de Döblin — ou de la polyphonie textuelle*, «Langages», 73, 1984.

Pelo contrário, ela é *constitutiva* da língua e do discurso, porque está contida na própria configuração dos signos e outros recursos ou mecanismos linguísticos — e também na sua ordenação paradigmática e no seu funcionamento. No fundo, a heterogeneidade é consubstancial à natureza semiótica da linguagem.

Sendo assim, parece-me abusivo dizer, como talvez pretendam alguns, que a heterogeneidade (ou a «complexidade enunciativa», a que se vincula) 'está na moda'⁷⁸... É sabido que a moda é algo de marcadamente efêmero, transitório, e sobretudo um fenómeno inequivocamente autofágico... Tal não é aplicável à nossa questão, pela singela circunstância de que considerar a linguagem é necessariamente deparar com a heterogeneidade, já que ela comanda poderosamente a organização e o funcionamento da língua e dos discursos no que uma e outros têm de mais central e, por isso mesmo, de permanente e de irrecusável — a comunicação-interacção.

Joaquim Fonseca

⁷⁸ Ver AUTHIER-REVUZ, J. — *Hétérogénéité(s) énonciative(s)*, «Langages», 33, 1984, p. 98.